



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF
Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica -
MAFDS

**Nº. 026 Colônia Militar Pedro Segundo: nação e civilização na fronteira
norte do Brasil (Amazônia, século XIX)**

Rafael Amaro da Silva

2011

Colônia Militar Pedro Segundo: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (Amazônia, século XIX)

Military Colony Pedro Segundo, nation and civilization on the northern border of Brazil (the Amazon, the nineteenth century)

Rafael Amaro da Silva¹

Resumo²: Este trabalho aborda a Colônia Militar Pedro Segundo no Rio Araguari, que constitui, em meados do século XIX, um processo de defesa, vigilância, conquista e povoação da fronteira norte do Brasil. Porém, no contexto existem dois conceitos de fronteira que se deve levantar: a fronteira nacional (e internacional) e a fronteira civilizadora. Na primeira, existe um contexto de indefinição territorial na região do Cabo Norte, no qual, tanto o Brasil, como a Guiana Francesa disputavam sua posse, já que a invasão de Caiena, e mais posteriormente a Cabanagem, tornaram o limite franco-brasileiro impreciso. Já a fronteira civilizadora aponta à necessidade de levar a “civilização” a “barbárie”. Essa exposição tem o intuito de debater os conceitos de fronteira partindo da Colônia Militar Pedro Segundo no Rio Araguari.

Palavras-chave: Fronteira, Século XIX, Amazônia, Civilização.

Abstract: This paper addresses the Military Colony Pedro II in river Araguari which is in the middle of the nineteenth century, a process of defense, surveillance, conquest and settlement of the northern border of Brazil. However, there are two concepts in the context of the border that must be raised: the border (and international) and civilizing frontier. At first, there is a context of uncertainty in the territorial region of the North Cape, in which

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia.

² A ideia desse *paper* nasceu das discussões durante as aulas do doutorado em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA), especificamente na disciplina “História e natureza”, ministrada pela professora Dra. Maria de Nazaré Angelo-Menezes, do Núcleo de Estudos de Agricultura Familiar (NEAF), que procurou abordar a relação dialética entre a sociedade humana e a sua diversidade natural.

both Brazil Guyana and French fought over its possession since the invasion of Cayenne and later still the Cabanagem become the limit Franco-Brazilian inaccurate. Already civilizing the frontier points to the need to bring civilization to barbarism. This exhibition aims to discuss the concepts of boundary starting from the Military Colony Pedro II in river Araguari.

Keywords: Border, Nineteenth Century, Amazon, Civilization.

Em meados do século XIX a Província do Pará encontrava-se em uma grande turbulência política e social, já que a primeira metade do mesmo século foi marcada por conflitos tanto no campo de batalha como no campo ideológico. Como principais destes conflitos estão à tomada de Caiena em 1809 (e mais tarde a sua devolução para a França, em 1817) e a cabanagem entre 1823 e 1840³, que estabelecem uma fragilidade no tripé nacional do Brasil Imperial.

A tomada de Caiena estabelece um entrave na relação diplomática de definição de fronteira, pois com a sua devolução ao Governo francês a questão de limites tornou-se “confusa”, dando oportunidade à tomada de território, por parte dos franceses no Cabo Norte.

Já a cabanagem deu aos franceses a justificativa de “protegerem” seu suposto território argumentando existirem focos de “anarchistas”⁴, em seu espaço, levando o seu antigo plano de chegar ao Rio Amazonas pelo Cabo Norte, mais especificamente pelo Rio Araguari. Tais questões apresentam uma necessidade de construir um ponto militar no referido Rio Araguari, tendo em 16 de maio de 1840, no segundo numero do Jornal Treze de Maio, um “convite” para famílias que quisessem Habitar as margens do “Araguary”.

Este trabalho irá abordar a colônia militar Pedro Segundo no Rio Araguari, em meados do século XIX, mais especificamente de 1840 a 1864, ou seja, de sua fundação que coincide com o início do Segundo Reinado, o que recorre às questões apontadas acima, e atinge o início da Guerra do Paraguai, momento em que a fronteira sul do Brasil tornasse palco de guerra, o que faz com que a atenção volte a essa região. Porém é necessário estabelecer alguns conceitos.

³ Entendo o período da Cabanagem desde a Adesão do Pará (1823) a Independência, interpretando como primeiro foco cabano, e seu fim em 1840 como sendo os últimos levantes cabanos no interior.

⁴ RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Memórias sobre os limites do império do Brasil com a Guyana Francesa*. Relatório encontrado na Comissão Demarcadora de Limites, de 1842.

Segundo Claude Raffestin “os *conceitos* precisam se *derivados uns dos outros*, por meio de uma teoria possível, com uma utilidade, pois vivemos numa ecogênese”⁵. O que nos leva a pensar que esta pesquisa trate de uma questão tempo-espacial, em outras palavras, toda pesquisa historiográfica tratasse de um olhar em um tempo e espaço. Lógico que como pesquisa histórica é necessária perceber a dinâmica existente entre o tempo (meados do século XIX) e espaço (fronteira Franco-brasileira), que leva ao debate acerca de que importância e que relevância existe em tal pesquisa a ponto de ser levantada.

O tema fronteira é uma questão que vem sendo levantada a um longo tempo nas ciências sociais como eixo principal ou secundário de diversas pesquisas. Porém, desde a primeira metade do século XX, os estudos trazem com mais atenção. Nos Estados Unidos com Frederick Jackson Turner e no Brasil com Sergio Buarque de Holanda temos uma preocupação maior com a fronteira americana e sua importância na conquista do território.

A importância de Turner para a história americana é definida por Maria Aparecida de S. Lopes como um marco no estudo não somente territorial, mas também como referência teórica e ideológica sobre a natureza cultural do novo mundo, mais especificamente, dos Estados Unidos. A autora define:

A partir de Turner análise da fronteira do American West transformou-se numa área específica de estudos e, mais de que um capítulo de história regional, a pesquisa sobre o Oeste, à qual se dedicaram várias gerações de historiadores, passou a representar um empreendimento por conhecer a essência da experiência estadunidense⁶.

Turner estabelece que a fronteira americana como algo singular, diferente das concepções européias, já que, para ele a América possui características únicas, o que é compreensivo da análise espaço-temporal:

The American frontier is sharply distinguished from the European frontier--a fortified boundary line running through dense populations. The most significant thing about the American frontier

⁵ RAFFESTIN, Claude. “Uma concepção de território, territorialidade e paisagem”, in: PEREIRA, Silvia Regina, COSTA, Benhur Pinos da & SOUZA, Edson Belo Clemente de (org.) *Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais*, São Paulo, Expressão Popular, 2010, p. 14

⁶ LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o Lugar da Fronteira na América”, in: GUTIÉRREZ, Horacio, NAXARA, Márcia R. C. & LOPES, Maria Aparecida de S. (org.) *Fronteiras: Paisagens, personagens, identidades*. São Paulo, Olho D’água, 2003. p. 14

is that it lies at the hither edge of free land. In the census reports it is treated as the margin of that settlement which has a density of two or more to the square mile. The term is an elastic one, and for our purposes does not need sharp definition. We shall consider the whole frontier belt including the Indian country and the outer margin of the "settled area" of the census reports. This paper will make no attempt to treat the subject exhaustively; its aim is simply to call attention to the frontier as a fertile field for investigation, and to suggest some of the problems which arise in connection with it.⁷

Em sua percepção o estudo das fronteiras era um estudo negligenciado da história e da economia, que apresentava um grande campo de estudo, Turner apresenta a "Conquista do Oeste" partindo da "Conquista da Fronteira" americana.

In the settlement of America we have to observe how European life entered the continent, and how America modified and developed that life and reacted on Europe. Our early history is the study of European germs developing in an American environment. Too exclusive attention has been paid by institutional students to the Germanic origins, too little to the American factors. The frontier is the line of most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist. It finds him a European in dress, industries, tools, modes of travel, and thought. It takes him from the railroad car and puts him in the birch canoe. It strips off the garments of civilization and arrays him in the hunting shirt and the moccasin. It puts him in the log cabin of the Cherokee and Iroquois and runs an Indian palisade around him. Before long he has gone to planting Indian corn and plowing with a sharp stick, he shouts the war cry and takes the scalp in orthodox Indian fashion. In short, at the frontier the environment is at first too strong for the man. He must accept the conditions which it furnishes, or perish, and so he fits himself into the Indian clearings and follows the Indian trails. Little by little he transforms the wilderness, but the outcome is not the old Europe, not simply the development of Germanic germs, any more than the first phenomenon was a case of reversion to the Germanic mark. The fact is that here is a new product that is

⁷ TURNER, (1996), p. 1 capturado de <http://xroads.virginia.edu/~hyper/turner/> em 02/11/2011

American. At first, the frontier was the Atlantic coast. It was the frontier of Europe in a very real sense. Moving westward, the frontier became more and more American. As successive terminal moraines result from successive glaciations, so each frontier leaves its traces behind it, and when it becomes a settled area the region still partakes of the frontier characteristics. Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independence on American lines. And to study this advance, the men who grew up under these conditions, and the political, economic, and social results of it, is to study the really American part of our history.⁸

Na análise acima, Turner apresenta a diversidade cultural da Fronteira apresentando uma miscelânea cultural, no qual, o europeu (com seu vestíário, indústrias, ferramentas, modos de viajar, e pensamento) e os indígenas (com seu conhecimento de sobrevivência na terra) juntam suas qualidades formando uma um “povo” superior: o americano.

Lógico, que sua análise vem de uma auto-afirmação da superioridade e identidade estadunidense, onde a conquista da fronteira vem de uma cooperação do colono com o Estado, sendo este último o motivador e elaborador da construção da Nação, deixando marginalizados grupos como os escravos, indígenas, imigrantes, ou seja, as minorias.

No Brasil, o autor de maior relevância no estudo das fronteiras é Sergio Buarque de Holanda, em sua obra *Caminhos e fronteiras*, é abordada a importância do bandeirante na conquista do território brasileiro. Aqui, existe uma preocupação em formar uma identidade nacional, em uma historiografia voltada para o litoral. O autor escolhe no colono do Sertão um agente histórico fundamental na definição do território do Brasil.

Sergio Buarque de Holanda definiu a fronteira em constante movimento, unindo a diversidade cultural, mesmo que existam em sua percepção elementos que predominam sobre outros como na descrição abaixo.

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbólicos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto

⁸ Idem, p. 1-2

não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.⁹

Tanto o pioneiro de Turner, quanto o Bandeirante de Sergio Buarque de Holanda apresenta a importância do conhecimento indígena na conquista do Novo Mundo, e em ambas as análises tal “conhecimento” é apreendido de forma pacífica, não transparecendo o conflito cultural, territorial e ideológico entre colono e nativo. Essa perspectiva entra em choque com pesquisas mais recentes que visam o conflito nos mais diversos níveis.

Os grupos indígenas nos dois hemisférios do continente americano resistiram de diversas formas. Porém, em ambos os casos é visto como apenas um elemento da paisagem fronteiriça, porém, a fronteira em questão refere-se ao limite civilização e barbárie. Logo, deve-se ter cuidado com os conceitos sobre que fronteira é referida.

Este trabalho pretende abordar dois conceitos de fronteira que são pertinentes, já que a colônia militar Pedro Segundo, encontra-se em um contexto geopolítico internacional, no qual, há uma “indefinição” territorial dos limites entre Guiana Francesa e Brasil. No entanto, a região é considerada inóspita, erma, distante da civilização. Nestes dois universos existe uma proposta estatal de implantação da colônia militar no Rio Araguari.

Jose de Souza Martins estabelece outra forma de diferenciar as fronteiras partindo da concepção de fronteira civilizadora da seguinte forma:

Não há, à primeira vista, nessas concepções de frente de expansão e de frente pioneira, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Por isso mesmo, não são propriamente conceitos, mas, apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente.¹⁰

Para Martins, as duas “frentes” se distinguem a partir do interesse do estudo. A frente pioneira vem de uma tendência dos geógrafos, com a preocupação do domínio da natureza em si, através de um avanço pioneiro, é fundamentalmente desenvolvimentista, tem o empreendedor como figura marcante. Enquanto que a frente de expansão tem uma

⁹ BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p. 12-13

¹⁰ MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: *Tempo Social*; Revista de sociologia da USP, São Paulo, 1996.p. 28

percepção antropológica que percebe os grupos humanos presentes na região, como os grupos indígenas (que são em sua grande maioria os principais grupos estudados pelos antropólogos), mas não só indígenas como “também as populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado”¹¹.

Inserido nesta noção de uma fronteira conflituosa em que o “outro” é constantemente ignorado e pelo “pioneiro”, que está preocupado com o espaço (sob um discurso do vazio demográfico). Martins assim define a fronteira da seguinte forma:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo de espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos.¹²

A fronteira em questão localiza-se no Rio Araguari, em meados do século XIX, região conhecida por Contestado, no qual, a região, espaço definido como impreciso pertencimento a França ou ao Brasil, apresenta diversos entendimentos acerca de fronteira. Pois, é uma área de fronteira nacional, e uma fronteira civilizadora, na qual pretendo abordar a ambas.

Enquanto que a fronteira nacional, decorrente da lógica territorial, possui um entendimento mais claro, já que é uma disputa de duas nações com o intuito de defender sua soberania, a fronteira civilizadora apresenta um discurso mais profundo, muito comum em meados do século XIX, já que o Brasil tentava construir uma imagem de nação “civilizada”, aos moldes dos parâmetros das “grandes” nações européias, com seus discursos.

¹¹ Idem.

¹² Idem, p. 9-10

Percebe-se em alguns autores como Ilmar R. de Mattos e Maria Helena Machado apontam que o Brasil passava por uma intensa transformação político-ideológica preocupada em assumir a sua postura de Nação, como um País que integra todo seu território, com o objetivo de levar a “civilização” para todas as partes de seu espaço, principalmente nos Sertões¹³, uma vez que a intelectualidade brasileira¹⁴ (influenciada pelo Romantismo e Evolucionismo) estava preocupada em construir uma idéia de nacionalidade “pontuada pela exclusão de todos aqueles que não se encaixassem no padrão cultural europeu”¹⁵.

Partindo desta análise, a fronteira é a tentativa da “civilização” conquistar o “bárbaro”, sendo este todo aquele que não segue o estilo de vida europeu. Como a região em questão, possui um grande fluxo de pessoas marginalizadas, abordada em trabalhos como de Flavio dos Santos Gomes¹⁶ e Shirley Nogueira¹⁷ que apresentam uma rede de solidariedade entre quilombolas, desertores, escravos fugidos, criminosos, trabalhadores pobres etc.

Logo, a fronteira norte seria tanto a disputa territorial da França com o Brasil, como uma tentativa de transformar o “ermo” território do Cabo Norte em um espaço civilizado, sendo uma fronteira ideológica a ser implantada, já que a região deveria ser integrada por cidadãos da província, súditos do imperador e defensores da soberania nacional.

Porque a Conquista da Fronteira?

Na obra “Limites e Demarcações no Território Brasileiro – Tomo I”, Arthur Cezar Ferreira Reis aponta um plano imperialista francês com intuito de conquistar a região entre o Rio Negro ao Rio Araguari¹⁸, daí a serie de “erros” cartográficos apresentados nas definições fronteiriças pela França, apontadas em grande parte pelo Barão do Rio Branco

¹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: A formação do Estado Imperial*. Editora HUCITEC, 1986. & MACHADO, Maria Helena P. T. “O olhar imperial sobre a América”. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria & LOKOI, Zilda M. Gricoli (Org.), *Historia: Fronteiras*, Florianópolis, Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

¹⁴ Entre estes intelectuais podemos encontrar Couto de Magalhães, Martius e os sócios do IHGB.

¹⁵ HENRIQUE, Marcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*. Belém, UFPA (dissertação de mestrado), 2003.

¹⁶ GOMES, Flavio dos Santos. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira – séculos XVIII/XIX*, Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

¹⁷ NORGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: A institucionalização do exercito no Grão-Pará, no ultimo quartel do setecentos*. Belém, (Dissertação de Mestrado), NAEA/UFPA, 2000.

¹⁸ REIS Arthur Cezar Ferreira. *Limites e Demarcações do Território Brasileiro – Tomo I*, Secult, Belém, 1992.

em sua obra “Questões de Limites – Guiana Francesa”¹⁹, o que oficialmente nos apresenta uma fragilidade relativamente grande em relação à definição desta fronteira.

A questão vai além de uma série de “equivocos” cartográficos, já que a Guiana Francesa havia sido invadida por tropas luso-brasileiras em 1809, devido às guerras napoleônicas, sendo devolvida ao domínio francês somente em 1817, decorrente ao Tratado de Viena. Além da província do Pará ter sido afetado pelo movimento cabano até aproximadamente 1840.

Este período de turbulência levou a grande instabilidade na soberania nacional em relação à vigilância e defesa das fronteiras. Nos apontamentos do Tenente-General F. T. S. S. de Andréia, em 1844, afirma que:

Todas a republicas que cercão o império cuidão de fixar a sua fronteira com ele pelo único meio valioso de que tem a lançar mão, o – uti possidetis; este eh o direito que se poderá allegar por huma e outra parte, pois que nenhum Tratado existe que definisse os limites do Brasil com as antigas colônias de outras Nações, só com a França temos de direito a Raia designada no artigo 8: do tratado de Utrecht. Ainda assim esta Potencia nos moveo questões que não estão terminadas, avançado, e estabelecendo Postos Militares nos mesmo lugares aonde já os tivemos e forão abandonados sem previsão do que depois succedeo.

A definitiva demarcação de limites do império com esta colônia acha-se ainda afecta a negociações diplomáticas que muito conviria a ultimar, se não pelo Oyapok, ao menos pelo Calceone, que ainda affasta os Francezes da ambicionada navegação do Amazonas, e poria termo a sua pertinancia de fixar limites pelo Araguay com o intuito de passar d’este a aquelle grande Rio pelos canaes de comunicação que tem entre si. Se o posto do Amapá não pode ser restabelecido ao pé que já esteve, não por isso continue abandonado; e sobre tudo acautele-se a entrada do Amazonas seudindo-se a ruína em que sehão as fortalezas de Macapá e Gurupá, que a dependem, e que tanto dinheiro custarão para esse fim.²⁰

¹⁹ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Questões de Limites: Guiana Francesa*, Senado Federal, Brasília, 2008.

²⁰ Comissão demarcadora de limites, Apontamentos sobre o estado da Fronteira do Brasil em 1844, em adiantamento à memória de 1842 sobre limites do Império.

É evidente a preocupação com as fronteiras, porém somente com a França é reconhecido o espaço por direito, mesmo com a indefinição territorial, ainda nesse documento Soares Andréia ainda aponta a implantação de colônias militares em outras nações como a colônia militar boliviana do Curajuz. Daí a proposta de implantar postos militares em suas áreas de fronteiras. O militar apresenta uma grande preocupação com os franceses, relatando que:

A França fez envadir o Amapá; e se não fosse hum lugar doentio, que lhe devora os contingentes, estou certo que não largaria a preza. Eu mandei ocupar a Ilha de Bailique, que de todas as d'aquella costa eh a que fica mais ao Norte, e me parece que esta medida deve sustentar-se.

Tratei igualmente (bem que não autorizado) de estabelecer Colônias em todos os Rios que desaguão no Amazonas, e que entrão na margem esquerda; sendo condicção estabelecerem-se os colonos no posto mais remoto das embeceiras desses Rios a quem podesse chegar a navegação em canoas.²¹

O que apresenta a proposta do Tenente-General Soares Andréia de colonização das fronteiras de forma estratégica, principalmente nas regiões mais “remotas”, já que as recém formadas nações vizinhas visavam expandir seus limites, e a Guiana Francesa desejava chegar ao Rio Amazonas, e expandir seu acesso ao Espaço na floresta e suas riquezas. Como bem relata Duarte da Ponte Ribeiro em 1842, existe uma lógica geográfica (física) na escolha do rio-fronteira, já que dele depende não somente a fronteira franco-brasileira mais também com as guianas holandesa e inglesa.

Não omittir notar aqui o inconveniente de concordar que das cabeceiras de qualquer dos Rios que for adoptado para a Raia, continue ella d'ahi para o Oeste por hum a linha recta até o Rio Branco. Alguns dos comprehendidos entre o Amazonas e o Oyapock, que podem ser lembrados para a divisa, tem pouco curso, taes como o Carapanatuba, cujas nascentes apenas chegão a trinta minutos (30') de latitude boreal; e a linha recta que fosse tirada d'ahi para Oeste; iria atravessar rios que tem as suas fontes nas

²¹ Idem.

Cordilheiras que ficão mais ao Norte dessa recta, e correm para o Amazonas. Não seria assim se fosse adoptado o Araquari, porque nasce da Latitude de dois grãos (2° 10') e dez minutos, e corre por esse paralelo, pouco mais ou menos, a Cordilheira que desde ali principia a separar as vertentes do Oyapock e de outros rios que vão para o Norte despejar suas aguas no Atlantico, das que se dirigem para o sul ao Amazonas. Adoptando-se algum dos que ficão entre o Calçoene e o Araguari, a linha recta atravessaria esse ultimo rio, porque todos nascem a Leste e mais ao sul da Curva que desde a sua fonte principal, descreve do Norte para o Sul, que esta em 2° 10'

Qualquer que fôr o rio que se convencione, he essencial declarar que a Fronteira seguirá por elle até a sua nascente principal, e continuará dahi para o Oeste sempre pelo cume das elevações ou Cordilheira que separa as vertentes que vão para o Norte ao Atlantico, das que cahem para o Sul no Amazonas. E será ocioso declarar o ponto onde há de terminar essa linha divisória com a França, pois seguindo ella pelo alto da Cordilheira não podem pertencer-lhe as vertentes do lado Norte ate o Rio Branco, porque estão de posse dellas antes de lá chegar, a Holanda e a Inglaterra.²²

Desta forma, é fundamental importância delimitar a fronteira partindo do Rio “Oyapock”, e não o Araguari, como os franceses afirmavam se o “real” Rio “Vicente Pinzon”, tal delimitação necessitava de argumentos, o que levou a pesquisa de Duarte Ribeiro em avaliar tratados, mapas e viagens (contando as implantações de pontos militares e religiosos) de cada nação, já que o Brasil herdava os limites conquistados por Portugal.

De fato, o estudo de dos antecedentes históricos foram apenas uma das ações tomadas pois é a forma legal de se tornar o proprietário da terra, mas a imprecisão territorial da fronteira levava a uma atitude política comum na posse de terras, o *Uti Possidetes* - a posse pelo uso, já que a região de fronteira era oficialmente pouco povoada, logo, a implantação do projeto das colônias militares, iniciada com a Pedro Segundo no Rio Araguari aponta uma necessidade de conquista da região.

Assim, a fronteira norte do Brasil, no século XIX, encontrava-se em um contexto complexo de um espaço e tempo específico em que tenta construir suas limitações

²² RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Memórias sobre os limites do império do Brasil com a Guyana Francesa*. Relatório encontrado na Comissão Demarcadora de Limites, de 1842. p. 13-14

fronteiriças, já que o momento apresentava uma instabilidade territorial, em um espaço de difícil acesso, considerado inóspito, porém de grande importância estratégica, já que a conquista do Cabo Norte representa uma via de acesso ao Rio Amazonas.

Bibliografia

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

GOMES, Flavio dos Santos. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira – séculos XVIII/XIX*, Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999.

HENRIQUE, Marcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*. Belém, UFGA (dissertação de mestrado), 2003.

LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o Lugar da Fronteira na América”, in: GUTIÉRREZ, Horacio, NAXARA, Márcia R. C. & LOPES, Maria Aparecida de S. (org.) *Fronteiras: Paisagens, personagens, identidades*. São Paulo, Olho D’água, 2003.

MACHADO, Maria Helena P. T. “O olhar imperial sobre a América”. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria & LOKOI, Zilda M. Gricoli (Org.), *Historia: Fronteiras*, Florianópolis, Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: *Tempo Social*; Revista de sociologia da USP, São Paulo, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: A formação do Estado Imperial*. Editora HUCITEC, 1986.

NORGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: A institucionalização do exercito no Grão-Pará, no ultimo quartel do setecentos*. Belém, (Dissertação de Mestrado), NAEA/UFGA, 2000.

REIS Arthur Cezar Ferreira. *Limites e Demarcações do Território Brasileiro – Tomo I*, Secult, Belém, 1992.

RAFFESTIN, Claude. “Uma concepção de território, territorialidade e paisagem”, in: PEREIRA, Silvia Regina, COSTA, Benhur Pinos da & SOUZA, Edson Belo Clemente de (org.) *Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais*, São Paulo, Expressão Popular, 2010,

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Memórias sobre os limites do império do Brasil com a Guyana Francesa*. Relatório encontrado na Comissão Demarcadora de Limites, de 1842.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Questões de Limites: Guiana Francesa*, Senado Federal, Brasília, 2008.

TURNER, (1996), capturado de <http://xroads.virginia.edu/~hyper/turner/> em 02/11/2011